



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9472 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

## A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O CHAMADO “CAPITALISMO ACADÊMICO DE PLATAFORMA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Luan Tarlau Balieiro - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Mario Luiz Neves de Azevedo - UEM - Universidade Estadual de Maringá

### A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O CHAMADO “CAPITALISMO ACADÊMICO DE PLATAFORMA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é analisar o conceito de “capitalismo acadêmico” (Slaughter; Leslie, 1997) em relação com a tendência atual de “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017), centrando-se na Educação Superior no Brasil. Para isso, parte-se da questão: a Educação Superior no Brasil está em processo de “capitalismo acadêmico de plataforma”? Em busca de respostas a essa indagação, considerando a atualização do neoliberalismo por diversas técnicas digitais, de modo a intensificar relações sociais remotas, metodologicamente, recorreremos a uma abordagem qualitativa e à pesquisa bibliográfica, com base na teoria crítica de autores como Bourdieu (1984), Slaughter e Leslie (1997), Ball (2010), Dale (2010), Sguissardi (2015), Srnicek (2017), Robertson (2018), entre outros. Nossas reflexões nos conduzem a compreender o fenômeno da plataformização, também como uma inovação estimulada pelo Novo Gerencialismo Público – NGP (Dale, 2010), como mais um meio de estímulo à performatividade e à cultura de desempenho (Ball, 2010).

**Palavras-chave:** capitalismo acadêmico; capitalismo de plataforma; educação superior.

## Introdução

A Educação Superior no Brasil é um espaço de lutas e contradições, sendo compreendida como um campo social. A respeito da noção de campo social, recorreremos ao sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002). Verificamos que a referida ideia surgiu historicamente após o conceito de *habitus* (maneiras de comportamentos), de forma a elucidar as lógicas internas determinadas dentro de um grupo social em particular. Nesse sentido, é certo pensarmos que todas as práticas sociais se constituem dentro de um campo próprio; nesse campo, tipos específicos de *habitus* e capitais são configurados em uma espécie de negociação. Logo, pautando-nos em Bourdieu (1984), observamos a constituição de um campo social:

[...] para que um campo esteja em atividade, é necessário a existência do jogo em seu interior, que as pessoas estejam dispostas a jogar o jogo e que detenham *habitus* que impliquem conhecimento e reconhecimento das regras imanentes do jogo, dos objetos em disputa etc. (BOURDIEU, 1984, p. 114)[1].

Munidos das informações destacadas, concentremos na problemática de que a Educação Superior no Brasil é um objeto em disputa; na realidade, com a disseminação do vírus SARS-CoV-2 em 2020, o projeto de tornar a educação superior um objeto de plataformização se intensificou, considerando um contexto de massificação mercantil

reverberado por políticas neoliberais, por práticas de benchmarking (Azevedo, 2016; 2021) e por um novo fenômeno denominado “capitalismo acadêmico de plataforma”, em relação ao qual nos dedicaremos a tratar neste trabalho, em busca de uma resposta ao seguinte questionamento: a Educação Superior no Brasil está em processo de “capitalismo acadêmico de plataforma”?

No que concerne ao exposto, estabelecemos como objetivo analisar o conceito de “capitalismo acadêmico” (Slaughter; Leslie, 1997) em relação com a tendência atual de “capitalismo de plataforma” (Srniczek, 2017), centrando-se na Educação Superior no Brasil e seu desenvolvimento em tempos de um capitalismo que entendemos como sendo avançado dada a progressão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Por se tratar de uma temática recente, metodologicamente, nos dedicaremos à exposição de reflexões por meio de uma abordagem qualitativa com o emprego de pesquisa bibliográfica. As teorias críticas de autores como Bourdieu (1984), Slaughter e Leslie (1997), Ball (2010), Dale (2010), Sguissardi (2015), Srniczek (2017), Robertson (2018), entre outros, nos ajudarão a perpassar por um caminho reflexivo quanto ao fenômeno em pauta e suas consequências ao campo do Ensino Superior brasileiro.

### **A Educação Superior no Brasil: massificação mercantil, benchmarking e plataformização**

Tornar a educação uma mercadoria, um produto disponível à lógica do capital, descaracteriza totalmente a noção de educação como um bem público. A título de reflexão, buscamos respaldos em Sguissardi (2015), estudioso que teceu pertinentes considerações sobre a massificação da Educação Superior no Brasil. Em suas argumentações, o autor nos apresenta a receita líquida em R\$ milhões de alguns dos maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil em 2013[2]. Faz-se importante mencionar que, para Sguissardi (2015), o ato de converter um direito ou serviço público em serviço comercial ou mercadoria se efetiva no interior de um Estado reformado “para conformar-se ao ajuste ultraliberal da economia; de um Estado que não é sinônimo de interesses públicos, mas que tende a representar de modo prioritário os interesses privado-mercantis” (SGUISSARDI, 2015, p. 875).

Chaves (2019) também expõe pertinentes teorizações e evidências em relação ao crescimento do processo de financeirização do Ensino Superior brasileiro. Para a autora, esse processo é permeado por negociações exclusivamente direcionadas aos interesses mercantis. Inclusive, o crescimento em questão se impulsionou de modo mais visível em 2007, “com a abertura do capital de grupos educacionais na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Tal processo demonstra a voracidade do mercado e consolida o gigantismo econômico financeiro do setor educacional, inclusive para a entrada do capital estrangeiro” (CHAVES, 2019, p. 68). Nessa ótica, os centros universitários e, propriamente, as universidades, constituem enormes conglomerados, de maneira a demarcar uma concorrência aniquiladora. Se considerarmos a prática da competitividade, somos conduzidos à investigação do fenômeno benchmarking.

Sumariamente, entende-se que a técnica de benchmarking consiste em ferramentas de avaliação e supervisão, podendo ser requisitadas e aplicadas no campo educacional. Em linhas gerais, essa técnica corresponde a um método de comparação de desempenho com base em métricas e nas denominadas “boas práticas” (Azevedo, 2021). A avaliação respaldada em benchmarking, consoante com o Novo Gerencialismo Público, permite a geração de rankings e classificações; consolida-se como uma ferramenta de meta-regulação, de modo a afetar a relação entre o campo da educação em escala nacional, estadual, regional e global, bem como

a estrutura das políticas públicas educacionais. Um exemplo significativo é o Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente a estratégia 7.11[3]. Ademais, conforme elucida Azevedo (2016), a escolha pela utilização de benchmarking para avaliar a qualidade do ensino e das instituições se coaduna com a cultura de competição e desempenho; simboliza, como expressa o autor, o menoscabo da avaliação formativa e, mesmo, da autoavaliação.

Ao ter em vista essas reflexões, sobretudo quanto às atividades acadêmicas e científicas circunscritas no contexto de benchmarking na Educação Superior, ponderamos que os campos sociais (retomando os postulados de Bourdieu apresentados no início deste texto) se constituem em campos de forças nos quais os atores travam embates para preservar ou modificar as relações de poder. Nesse âmbito, direcionamos nossas considerações para a questão da plataformização. Em uma sociedade permeada pelo uso das TDICs, as plataformas surgem como alternativas para a expansão e intensificação do capitalismo, cujo objetivo, para além de uma publicidade, recai na forma como essas plataformas utilizam os dados, tendo em vista seus efeitos de rede (Srnicek, 2017).

Neste sentido, Robertson (2018) assevera que o fenômeno “capitalismo de plataforma” tem uma relação direta com o momento da intensificação do uso de técnicas digitais e remotas, na medida em que as infraestruturas computacionais e numéricas, a exemplo das plataformas de vendas de produtos concretos e abstratos, permitem a circulação de mercadorias e serviços que expressam o ávido crescimento dessa forma de capitalismo. Na seção seguinte, discutiremos objetivamente sobre esse assunto.

### **Capitalismo acadêmico de plataforma: breves considerações acerca do fenômeno**

Nossa análise se caracteriza como teórico-reflexiva, justamente por adentrarmos em nova temática no campo educacional. Pontuamos que a Educação Superior é objeto de plataformização e, a título de exemplo, podemos mencionar o funcionamento da “Plataforma Sucupira”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da “Plataforma Lattes”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No que tange à primeira, Azevedo (2021) postula que

[...] a Plataforma Sucupira concilia com instrumentos de governança algorítmica e de administração por benchmarking, por intermédio de indicadores e manual de “boas práticas”, prescritas em “fichas de avaliação” que são construídas por área de conhecimento e aprovadas pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e serve, conforme declara a CAPES em seu portal na internet, como “ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)” (19 abr. 2020)” (AZEVEDO, 2021, p. 82).

Referente à segunda, a Plataforma Lattes, albergada no portal do CNPq, compõe o substrato de dados acadêmicos de pesquisadores, de grupos de pesquisas e de instituições do Brasil. Aqui, fazemos o esforço de analisar que o refinamento e o acervo de informações do campo acadêmico no Brasil caracterizam a Plataforma Lattes como uma espécie de suporte que registra publicações, trabalhos, diretrizes e competências; por natureza, são elementos coletivamente edificados, mas, em situação pública, manifestam a sujeição de um mercado de bens simbólicos acadêmicos (Azevedo; Barlete, 2019; Azevedo, 2021).

### **Conclusões**

Percebe-se, com base nas referências consultadas e a partir do constante nas

plataformas visitadas (Lattes e Sucupira), que o fenômeno da plataformização dos registros de habilidades, atividades acadêmicas, individuais, de grupo e de programas de pós-graduação tem influência em ferramentas administrativas baseadas em benchmarking. No caso da Plataforma Sucupira, especialmente, fomenta-se uma espécie de performatividade na pós-graduação do Brasil, de modo a instituir parâmetros regulatórios e uma cultura de desempenho que, não é exagero dizer, transforma o objetivo de produtividade acadêmica em algo que pode ser denominada “produtivismo acadêmico” (Sguissardi; Silva Júnior, 2009; Mancebo, 2013). Por sua vez, na Plataforma Lattes, o objeto em disputa (reportando-nos a Bourdieu) é o prestígio, a ascensão social do pesquisador, sem prejuízo de estimular o já mencionado “produtivismo acadêmico” (Sguissardi; Silva Júnior, 2009; Mancebo, 2013).

Nossa resposta à indagação proferida no início deste texto se orienta nos postulados de Srnicek (2017) quanto aos efeitos de rede das plataformas: conforme mais instituições ou sujeitos aderem a uma plataforma em particular, mais valiosa ela se torna, o que demarcará, no setor privado de Educação Superior, uma tendência à monopolização. No que se refere às relações acadêmicas, especialmente no campo acadêmico público, a exacerbação da competição e do “produtivismo acadêmico” pode fortalecer, ainda mais, o que se convencionou chamar de “capitalismo acadêmico” (Slaughter; Leslie, 1997), abrindo espaços para sua maior expansão, ou seja, em tempos de “plataformização” e avanço de técnicas digitais e de trabalho remoto, para um tipo de “capitalismo acadêmico de plataforma”.

## Referências

AZEVEDO, M. L. N. de. Educação e Benchmarking: meta-regulação e coordenação de políticas baseadas em indicadores e nas chamadas ‘boas-práticas’. *In*: ANAIS DO XXIV SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, Maringá, 2016. **Anais** [...]. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2016.

AZEVEDO, M. L. N. de. A Educação Superior no Brasil em quatro gerações de reformas (1990-2020): mercadorização, internacionalização, transnacionalização, benchmarking e “capitalismo acadêmico de plataforma”. *In*: CASTRO, A. M. D. A.; NETO, A. C.; SANTOS, G. M. T. dos. (Orgs.). **Educação Superior em tempos de crise**: repercussões em diferentes contextos. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 59-94.

AZEVEDO, M. L. N. de; BARLETE, A. L. Higher education, platforms and the market of symbolic goods: a case for Platform Academic Capitalism in Brazil. **Discovery Society**, [s. l.], 1 may 2019. Disponível em: <https://archive.discoverysociety.org/2019/05/01/on-the-frontline-higher-education-platforms-and-the-market-of-symbolic-goods-a-case-for-platformacademic-capitalism-in-brazil/>. Acesso em: jun. 2021.

BALL, S. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010.

BOURDIEU, P. **Questions de Sociologie**. Paris: Minuit, 1984.

CAPES. **Conheça a avaliação**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: jun. 2021.

CHAVES, V. L. J. O ensino superior privado mercantil em tempos de economia financeirizada. *In*: CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 67-72.

CNPq. **Sobre a plataforma**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: jun. 2021.

DALE, R. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, 2010.

MANCEBO, D. Trabalho Docente e Produção de Conhecimento. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 519-526, 2013.

ROBERTSON, S. L. Platform Capitalism and the new value economy in the academy. **CPGJ Working Paper Series**, Cambridge, 2018. Disponível em: <https://cpgjcam.net/2018/03/02/platform-capitalism-and-the-new-value-economy-in-the-academy/>. Acesso em: jun. 2021.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R **Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism: politics, policies, and the entrepreneurial university**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge-UK: Polity, 2017.

[1] Pour qu'un champ marche, il faut qu'il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l'habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux etc.

[2] Liderando o ranking, destaca-se o grupo Kroton, com a receita líquida de R\$ 2.015 milhões em 2013 (Sguissardi, 2015).

[3] “[...] A estratégia 7.11 revela que o PISA é o real gabarito da aferição da qualidade da educação básica brasileira [...]. Com esta estratégia [...], pretende-se que a qualidade da educação no Brasil avance, no decorrer dos anos de sua vigência, de 2014 a 2024, em comparação com outros países por intermédio de indicadores e da adoção de manuais de “boas práticas” propiciados e sistematizados pela OCDE [...]” (AZEVEDO, 2021, p. 77).

---